

TERMO DE REFERÊNCIA

Prestação do serviço continuados de coleta, transporte e destinação final de resíduos extraordinários e inertes nos campi da UFRJ sem dedicação exclusiva da mão de obra

PREGÃO Nº/20...

(Processo Administrativo n.º 23079.205237/2021-18)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços continuados sem dedicação exclusiva da mão de obra para coleta, transporte e destinação final de resíduos inertes nos campi da UFRJ, situados na Ilha da Cidade Universitária (CidUni), Campus Praia Vermelha (CPV) e Unidades Externas e Campus Santa Cruz da Serra e coleta de resíduos de comércio e serviços (resíduos extraordinários) no Campus Santa Cruz da Serra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	Valor Anual Máximo (R\$)
1	Coleta de RESÍDUOS INERTES nos campi Cidade Universitária, Praia Vermelha e Unidades Externas da UFRJ	30.001,15
2	Coleta de RESÍDUOS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS (resíduos extraordinários) e RESÍDUOS INERTES no campus Santa Cruz da Serra.	65.505,15

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.

1.3. Os quantitativos estimados e suas unidades dimensionais estão especificados no Anexo VI do presente Termo de Referência.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário, na forma do Art.6º, inciso VIII, alínea “b” da Lei nº 8.666/93.

1.5. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Prefeitura Universitária, caracterizada como um Órgão Executivo da Estrutura Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ que tem como finalidade precípua zelar pela boa administração dos campi universitários, abrangendo todos os aspectos relevantes para plena consecução dos objetivos acadêmicos, vem por meio do presente justificar a presente licitação, em obediência aos preceitos legais.

2.2. É de competência da Prefeitura Universitária a administração, a manutenção preventiva e corretiva do espaço urbano dos campi universitários, ou daqueles sob sua responsabilidade legal.

- 2.3. Diante da necessidade de execução do serviço e frente à inexistência de agentes técnico/operacionais no quadro funcional desta Prefeitura Universitária, com a atribuição de executar tais serviços, em razão da extinção dos referidos cargos por meio da MP nº1606-20/98, convertida na Lei 9632/98, justifica-se a abertura de procedimento licitatório para a contratação dos serviços de coleta dos resíduos extraordinários e inertes com observância dos preceitos constantes da Lei 8.666/93, da Lei 10.520/02, do Dec. 1.094/94 e do art.1º e do art.7º §2º da IN SLTI/MPOG nº05/2017 e demais dispositivos legais afetos.
- 2.4. As futuras contratações de que trata a presente licitação foram precedidas de planejamento estratégico elaborado pela instituição, estabelecendo unidades de medida que permitem a aferição dos resultados a serem obtidos e a forma de pagamento da Contratada. Tal planejamento considerou o dimensionamento total dos resíduos gerados por unidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos inertes e extraordinários, sem dedicação exclusiva da mão de obra, nos campi da UFRJ.
- 3.2. A descrição detalhada do objeto a ser contratado, com todos os quantitativos mensais estimados e suas unidades dimensionais, bem como as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação e os requisitos de sustentabilidade ambiental, estão discriminados no presente Termo de Referência e seus Anexos.
- 3.3. A Contratada deverá promover gerenciamento correto dos resíduos, de forma a manter as dependências da Universidade Federal do Rio de Janeiro em condições de utilização, dentro dos parâmetros de segurança e conforto para os usuários, obedecendo às normas vigentes dos órgãos deliberativos e/ou fiscalizadores.
- 3.4. Quanto ao parcelamento do objeto, de acordo com o recomendado no art.23, parágrafo 1º da Lei 8.666/93 e na súmula 247 do TCU, e após análise da especificidade do serviço, se faz considerar dois os aspectos básicos para definição do parcelamento, quais sejam, o técnico e o econômico.
- 3.5. Considerando tais aspectos, é recomendada a separação em dois itens, a saber: Coleta de resíduos inertes nos campi Cidade Universitária, Praia Vermelha e Unidades Externas e; Coleta de resíduos extraordinários e inertes no Campus Santa Cruz da Serra.
- 3.6. A segregação ocorreu de forma que haja facilitação de controle por parte da fiscalização operacional e visando aumentar as chances de interesse por parte do mercado. Assim, os campi localizados em municípios distintos, a saber, Rio de Janeiro e Duque de Caxias, foram dispostos em itens distintos.
- 3.7. Para o Campus Santa Cruz da Serra resíduos extraordinários e inertes foram dispostos em item único, pois entende-se que é comum no mercado que ambos serviços possam ser realizados pela mesma empresa.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. CARACTERÍSTICAS DOS RESÍDUOS PRODUZIDOS

5.1. Os resíduos produzidos e pertencentes ao escopo do presente Termo de Referência são definidos como:

5.1.1. Resíduos extraordinários: Lixo gerado pelos estabelecimentos enquadrados na figura jurídica de Grande Gerador, como definido no § 2º do art. 1º da Lei Estadual nº 7.634, de 23 de junho de 2017, observando os valores limites estabelecidos pelo inc. IX do Art. 7º da Lei Municipal nº 3.273, de 06 de setembro de 2001, que abrangem os seguintes resíduos:

5.1.1.1. Lixo domiciliar ou doméstico com características não perigosas, especialmente o proveniente de preparação de alimentos e limpeza regular; bens inservíveis, como peças de mobília, eletrodomésticos ou assemelhados; resíduos de poda e manutenção de jardim, pomar horta, como troncos, galhadas e assemelhados; lixo público decorrente da limpeza de logradouros.

5.1.2. Resíduos inertes: São aqueles que, devido as suas características físico-químicas, não sofrem transformações em sua composição e relevo e se mantêm inalterados por muito tempo. Podem ser descartados em aterros sanitários ou até reciclados.

5.1.2.1. São exemplos de resíduos considerados inertes: Entulhos de obras, vidros, pedaços de madeira, plásticos, latas de alumínio.

5.2. De acordo com a NBR 10.004/04, os resíduos classificados como “perigosos”, são aqueles que apresentam periculosidade e características como inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade e patogenicidade, não contemplados por este Termo de Referência.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente.

6.1.1. Para vistoria no Campus Cidade Universitária, entrar em contato pelo e-mail coord.meioambiente@pu.ufrj.br com cópia para leno.dilu@gmail.com;

- 6.1.2. Para vistoria no Campus Praia Vermelha e Unidades Externas, entrar em contato pelo telefones (21)3938-5010, (21)3938-5020, (21)3938-6849 e/ou e-mail coord.meioambiente@pu.ufrj.br com cópia para andremaximiano.ufrj@gmail.com;
- 6.1.3. Para vistoria no Campus Santa Cruz da Serra, entrar em contato pelos telefones (21)2679-1018, (21)2560-6053 e/ou e-mail diretor.administrativo@caxias.ufrj.br.
- 6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.
- 6.4. Recomenda-se a realização de vistoria ao Observatório do Valongo (Unidade Externa), dada sua localização em ladeira íngreme.
- 6.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 6.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica quanto à coleta de **Resíduos Extraordinários** no Campus Santa Cruz da Serra (ITEM 2):
- 7.1.1. A Contratada deverá realizar a retirada de resíduos três vezes na semana (segunda, quarta e sexta). Este serviço deverá ser feito dentro das normas vigentes no que diz respeito aos órgãos fiscalizadores (ANVISA, COMLURB, INEA/RJ) e o destino final deverá ser em aterro sanitário licenciado pelo órgão ambiental;
- 7.1.2. A retirada do resíduo deverá ser realizada de acordo com o horário de funcionamento da Unidade;
- 7.1.3. Alterações na periodicidade podem ser acordadas entre Contratante e Contratada.
- 7.1.4. Torna-se indispensável a instalação e disponibilização do sistema de rastreabilidade online acessível à Contratante, capaz de indicar, em tempo real, a localização dos veículos. Todo veículo utilizado na prestação dos serviços deverá oferecer sistema de GPS para localização remota e monitoramento de percurso. Os aplicativos (*softwares*) ou sistemas online de GPS compatíveis com

equipamentos da Contratante, assim como senhas de acesso, deverão ser disponibilizados à fiscalização técnica;

- 7.1.5. A Contratada deverá manter o sistema de GPS e banco de dados correspondente durante todo o tempo da vigência do contrato, acrescido de 90 dias após seu término;
 - 7.1.6. A taxa de atualização de transmissão do sistema de GPS deve ser de, no máximo, 10 segundos. A Contratada deverá fazer estudo sobre a melhor tecnologia de transmissão dos dados nos campi da UFRJ, devido à interferência nas radiocomunicações existentes no local;
 - 7.1.7. O GPS deverá apresentar localização em tempo real com posicionamento em mapas com vias e relatório de trajetos percorridos;
 - 7.1.8. A execução do serviço será realizada através de formulários de Manifestos de Resíduos (NOP – INEA-35) que identifica os resíduos, o gerador, transportador e receptor de resíduos;
 - 7.1.9. Os *containers* de 1,2m³ deverão ser de propriedade da Contratada;
 - 7.1.10. As exigências relacionadas à Licença de Operação expedida pelo INEA/RJ e do Certificado de Credenciamento expedido pela COMLURB estão previstos no Edital de Licitação, como a documentação necessária para a fase de habilitação do certame licitatório;
 - 7.1.11. A Contratada fica obrigada a substituir, a pedido da fiscalização ou através de identificação própria os *containers*/coletores que não estiverem em boas condições de uso, conforme prazo estabelecido no Anexo V – Instrumento de Medição de Resultado;
 - 7.1.12. O pagamento será por serviço executado, conforme ANEXO VI – Planilha de Formação de Preços, estando incluído o transporte, contentores, mão de obra utilizada e encargos e taxa de utilização de aterro sanitário licenciado pelo órgão ambiental.
- 7.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica quanto à coleta de **Resíduos Inertes** nos Campi da Ilha da Cidade Universitária, Praia Vermelha e Unidades Externas na Cidade do Rio de Janeiro (ITEM 1) e Campus Santa Cruz da Serra (ITEM 2):
- 7.2.1. A Contratada deverá realizar a retirada do resíduo conforme demandado. Este serviço deverá ser feito dentro das normas vigentes no que diz respeito aos órgãos fiscalizadores (ANVISA, COMLURB, INEA/RJ) e o destino final deverá ser em aterro sanitário licenciado pelo órgão ambiental, de acordo com as normas vigentes, sem ônus para a Contratante;
 - 7.2.2. O serviço será realizado de segunda a sábado, de acordo com as necessidades da Contratante, não sendo necessárias remoções aos domingos e feriados. A solicitação de colocação de caçambas deverá ser formalizada por e-mail e deverá ser atendida no prazo máximo de 48 horas. Em situações extraordinárias, tais como a ausência de sinal de internet e falta de energia, por exemplo, a solicitação poderá ser feita através de contato telefônico;
 - 7.2.3. A retirada do resíduo deverá ser realizada de acordo com o horário de funcionamento da Unidade;
 - 7.2.4. Torna-se indispensável a instalação e disponibilização do sistema de rastreabilidade online acessível à Contratante, capaz de indicar, em tempo real, a localização dos veículos. Todo veículo utilizado na prestação dos serviços deverá oferecer sistema de GPS para localização remota e monitoramento de percurso. Os aplicativos (softwares) ou sistemas online de GPS compatíveis com

equipamentos da Contratante, assim como senhas de acesso, deverão ser disponibilizados à fiscalização técnica;

- 7.2.5. A Contratada deverá manter o sistema de GPS e banco de dados correspondente durante todo o tempo da vigência do contrato, acrescido de 90 dias após seu término;
- 7.2.6. A taxa de atualização de transmissão do sistema de GPS deve ser de, no máximo, 10 segundos. A Contratada deverá fazer estudo sobre a melhor tecnologia de transmissão dos dados nos Campi da UFRJ, devido à interferência nas radiocomunicações existentes no local;
- 7.2.7. O GPS deverá apresentar localização em tempo real com posicionamento em mapas com vias e relatório de trajetos percorridos;
- 7.2.8. A execução do serviço será realizada através de formulários de Manifestos de Resíduos (NOP-INEA-35) que identifica os resíduos, o gerador, transportador e receptor de resíduos;
- 7.2.9. As caçambas de 5m³ deverão ser de propriedade da Contratada;
- 7.2.10. As exigências relacionadas à Licença de Operação expedida pelo INEA/RJ e do Certificado de Credenciamento expedido pela COMLURB estão previstos no Edital de Licitação, como a documentação necessária para a fase de habilitação do certame licitatório;
- 7.2.11. A coleta no Observatório do Valongo demandará o uso de equipamento diferenciado em função da sua localização (ladeira e difícil acesso para o caminhão usual);
- 7.2.12. A Contratada fica obrigada a substituir, a pedido da fiscalização ou através de identificação própria as caçambas que não estiverem em boas condições de uso em prazo estabelecido no Anexo V – Instrumento de Medição de Resultado;
- 7.2.13. O pagamento será por serviço executado, conforme ANEXO VI – Planilha de Formação de Preços, estando incluído o transporte, contentores, mão de obra utilizada e encargos e taxa de utilização de aterro sanitário licenciado pelo órgão ambiental.

7.3. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do instrumento contratual.

7.4. Os serviços que serão executados pela Contratada englobam:

7.4.1. Coleta dos resíduos

- 7.4.1.1. No ato da coleta, a Contratante deverá emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) através do Sistema MTR, disponibilizado pelo INEA, que deverá acompanhar o transporte de resíduo até a destinação final ambientalmente adequada.
- 7.4.1.2. A solicitação dos serviços de coleta de **resíduos inertes** será realizada através de planilha de controle de quantitativo de caçambas, conforme modelo do Anexo IV.
- 7.4.1.3. A via do Manifesto de Transporte de Resíduos emitida pelo destinador final deverá conter quantidade equivalente ao constante na primeira via do documento, emitida pelo gerador.

7.4.1.4. Em caso de impedimento no dia da coleta, a Contratante deverá ser comunicada imediatamente pela Contratada, de forma que seja feita programação;

7.4.1.5. Os *containers*/caçambas disponibilizados pela Contratada devem ser fornecidos limpos e higienizados, sendo sua limpeza periódica responsabilidade da Contratante.

7.4.1.6. Em caso de indisponibilidade temporária do Sistema MTR será gerado o MTR provisório, com preenchimento manual dos dados.

7.4.2. Transporte e destinação final

7.4.2.1. A empresa Contratada deverá apresentar mensalmente a documentação comprobatória da disposição dos resíduos em aterro autorizado por órgão competente, indicando a localização da(s) unidade(s) de destinação final adotada para cada grupo de resíduos, bem como a identificação do responsável técnico pelo sistema de destinação final.

7.5. O início dos serviços fica condicionado à existência dos seguintes documentos:

7.5.1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART/CREA) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART/CRQ) dos responsáveis técnicos, assim como declaração, sob as penas da lei, emitida por profissional devidamente reconhecido pelas entidades fiscalizadoras;

7.5.2. Ordem da Administração autorizando o início dos serviços.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. O Termo de Contrato terá as seguintes fiscalizações:

8.1.1.Operacional; Efetivada por equipe da Prefeitura Universitária, que será nomeada por portaria específica. Realiza o acompanhamento com o objetivo de avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir-se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados no ato convocatório, para efeito de pagamento conforme o resultado, podendo ser auxiliado pela fiscalização pelo público usuário;

8.1.2.Administrativa: Efetivada por equipe da Prefeitura Universitária, que será nomeada por portaria específica. Realiza o acompanhamento dos aspectos administrativos da execução dos serviços, quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como quanto às providências tempestivas nos casos de inadimplemento;

8.1.3.Gestorial: Efetivada pela Pró-Reitoria de Gestão e Governança (PR-6). Realiza os atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do contrato, dentre outros.

8.2. A comunicação entre a empresa e a Administração ocorrerá em 03 (três) níveis, a saber:

8.2.1. Operacional: Diretamente efetuada entre a equipe de fiscalização operacional e o preposto a ser nomeado pela empresa;

8.2.2.Administrativa: Diretamente efetuada entre a equipe de fiscalização administrativa e o preposto a ser nomeado pela empresa;

8.2.3.Gestorial: Diretamente efetuada pela Pró-Reitoria de Gestão e Governança.

8.3. A definição do(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato será realizada por meio de Portaria(s) expedidas pelo Pró-Reitor de Gestão e Governança da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

8.4. Os mecanismos de comunicação formal a serem estabelecidos entre o Contratante e o Contratado serão: por meio de telefone, e-mail, forma escrita e reuniões.

8.5. Durante a vigência do contrato a Administração adotará o Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Anexo V do Termo de Referência) de acordo com os parâmetros estabelecidos na IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

8.6. O IMR é um ajuste escrito, entre as partes, anexo ao contrato, que define - em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente observáveis e comprováveis – os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço, respectivas adequações de pagamento e deve ser considerado pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante.

8.7. O pagamento deverá ser proporcional ao atendimento das metas, portanto, quando a Contratada não produzir os resultados, ou não executar os serviços com a qualidade mínima exigida, ocorrerão descontos no pagamento devido, sem prejuízo das demais penalidades constantes no contrato.

8.8. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR será implementado na data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico-administrativo do Contrato, auxiliado pelo setor onde estão sendo prestados serviços, validar mensalmente a execução dos serviços prestados.

- 8.9. O controle das ocorrências cuja responsabilidade seja do Fiscal Técnico-administrativo do Contrato, será feito por meio das tabelas apresentadas no Anexo V do Termo de Referência.
- 8.10. Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente à presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões, as quais jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos dos preços propostos e que só em caso de não poderem ser corrigidas por apresentarem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.
- 8.11. Após a adjudicação do objeto da licitação, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes na proposta do Contratado.
- 8.12. Apenas os casos de incorreções que apresentem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.
- 8.13. Contratado deverá, em até 2 (dois) dias úteis antes de iniciar seus trabalhos, encaminhar à Fiscalização relação nominal de todos os seus funcionários que trabalharão nas dependências da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ, com a devida qualificação exigida, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF e local de trabalho (Centro/Unidade/Prédio). Em nenhuma hipótese será permitido o acesso de funcionários não inclusos na relação.
- 8.14. Sempre que houver necessidade, a atualização da mencionada lista de nomes deverá ser formalmente providenciada junto à Áreas de Contratos/PR-6 e esta deverá manter cópia atualizada desta lista junto à Fiscalização Técnica.
- 8.15. Somente serão pagos os insumos efetivamente entregues e o controle desta entrega ocorrerá no Instrumento de Medição de Resultado – IMR. Caberá à Fiscalização Técnica acompanhar, conferir, preencher e assinar a documentação que liberará o pagamento dos itens efetivamente recebido.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 9.2. A Contratada deverá informar as respectivas especificações técnicas, tais como: marca e qualidade dos materiais que serão utilizados.
- 9.3. Os *containers* e caçambas fornecidos pela Contratada devem obedecer às seguintes especificações mínimas e normativas:
- 9.3.1. Contentor metálico, chapa de aço, com tampa e rodízios giratórios de aço, **capacidade de 1200 litros**; dimensões do carro: 113/116 cm (altura) x largura (com apoio para gancho do coletor-compactador) aproximadamente 195cm; Conformidade com a norma ABNT NBR 13334:2017;
- 9.3.2. Caçamba estacionária, **capacidade de 5m³** chapas de aço em 1/8" ou 3/16" (laterais e fundo); Conformidade com a norma ABNT NBR 14728:2005.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1. Os campi e Unidades da UFRJ reúnem hoje, alunos, docentes e técnicos administrativos das áreas de Ciências da Saúde, Matemáticas e da Natureza, Humanas, Jurídicas e Econômicas, Tecnologia, além do Fórum de Ciência e Cultura, Museu Nacional e Colégio de

Aplicação. Dessa forma, a viabilidade de utilização segura dos seus ambientes depende da coleta dos resíduos constante e diversificada.

10.2. A demanda do órgão foi fracionada em 02 itens, tendo como base a localização geográfica, conforme descrito a seguir:

10.2.1. ITEM 01 – Campi da Cidade Universitária, da Praia Vermelha e Unidades Externas

10.2.1.1. O Campus da Cidade Universitária possui aproximadamente 4,8km², sendo 738.900m² de áreas pavimentadas e o restante dividido em áreas edificadas e verdes. Os estacionamentos, em áreas exclusivas para esta finalidade, possuem capacidade para 8000 veículos simultâneos. Na Cidade Universitária transitam diariamente 75 mil pessoas, 18 mil veículos, 40 linhas do sistema de transporte público municipal e intermunicipal.

10.2.1.2. O Campus da Praia Vermelha, localizado no bairro de Botafogo, na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, possui uma área com aproximadamente 116.200 m², com pouco mais de 51.000m² de áreas construídas, aproximadamente 66.300m² de áreas livres pavimentadas, sendo o restante da área formada por jardins, pátios internos, e uma praça esportiva, os quais garantem acessibilidade e ambiência para a comunidade, que se configura no Campus.

10.2.1.3. Nesse contexto, também devemos destacar a importância das Unidades Externas para manutenção da elevada qualidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela UFRJ.

10.2.2. ITEM 02 – Campus Santa Cruz da Serra

10.2.2.1. Já como produto do programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) iniciou suas atividades didáticas no município de Duque de Caxias, mais especificamente no distrito de Xerém, desde o segundo semestre de 2008, provisoriamente instalada em área cedida pela Prefeitura e pelo governo do Estado do Rio de Janeiro. Em maio de 2015 a UFRJ e a Prefeitura firmaram Termo de Cessão referente à outra área, agora no distrito de Santa Cruz da Serra, com cerca de 7.000 m² para onde estão sendo transferidas todas as atividades acadêmicas do atual Pólo localizado em Xerém. Participando desta empreitada estão diferentes unidades da UFRJ, como o Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCFF), o Instituto de Bioquímica Médica (IBqM), Instituto de Física (IF), Escola Politécnica (Poli), ofertando desde já cursos de Biofísica, Biotecnologia e Nanotecnologia.

10.3. Dada localização em ladeira íngreme, há necessidade de equipamento diferenciado (menor porte) para acesso ao Observatório do Valongo (Item 1);

10.3.1. Atualmente a coleta de resíduos inertes é realizada com caminhão poliguindaste simples, no entanto a Contratada poderá dispor de outro equipamento, a ser informado à fiscalização.

10.4. Quadro de locais dos ITENS envolvendo os Campi e Unidades Externas da UFRJ:

ITENS	LOCAIS	ENDEREÇOS
1	CAMPUS ILHA DA CIDADE UNIVERSITÁRIA	Av. Pedro Calmon, 550 - Cidade Universitária, Rio de Janeiro
1	CAMPUS PR. VERMELHA E UNIDADES EXTERNAS	
	Campus Pr. Vermelha	Av. Pasteur, 250 - Urca, Rio de Janeiro
	Hospital Escola São Francisco de Assis	Av. Pres. Vargas, 2863 - Cidade Nova, Rio de Janeiro
	Horto Botânico Do Museu Nacional	Quinta da Boa Vista, s/n - São Cristóvão, Rio de Janeiro
	Museu Nacional	Quinta da Boa Vista, s/n - São Cristóvão, Rio de Janeiro
	Observatório Do Valongo	Ladeira Pedro Antônio, 43 - Centro - Rio de Janeiro
	Maternidade Escola	Rua das Laranjeiras, 180 - Laranjeiras, Rio de Janeiro
	Instituto De Ginecologia	R. Moncorvo Filho, 90 - Centro, Rio de Janeiro
	Escola De Enfermagem Anna Nery	R. Afonso cavalcanti, 275 - Cidade Nova, Rio de Janeiro
	Faculdade De Direito	R. Moncorvo Filho, 8 - Centro, rj/rj
	Instituto De Filosofia e Ciências Sociais	Lg. São Francisco de Paula, nº 1 - Centro, Rio de Janeiro
	Anexo Da Escola De Música	Rua da Lapa, 43 - Lapa, Rio de Janeiro
	Colégio Brasileiro De Altos Estudos	Av. Rui Barbosa 762 - Flamengo, Rio de Janeiro
	Colégio De Aplicação	R. José Joaquim Seabra, s/n Lagoa, Rio de Janeiro
	Escola De Música	R. Passeio, 98 - Centro, Rio de Janeiro
2	CAMPUS SANTA CRUZ DA SERRA GERALDO CIDADE	Rod. Washington Luiz, km 104,7 - Duque de Caxias, RJ

10.5. O Campus Santa Cruz da Serra (Item 2) demanda a disponibilização de 4 (quatro) *containers* de 1,2 m³ para coleta de resíduos extraordinários.

10.6. A coleta de resíduos inertes (itens 1 e 2) é serviço realizado sob demanda, quando serão solicitadas caçambas de 5 m³, não possuindo periodicidade definida.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;
 - 11.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e
 - 11.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11. Realizar procedimentos de acordo com a legislação vigente em caso de dano aos *containers* provocado pelo uso inadequado por parte dos colaboradores da Contratante, desde que devidamente comprovado;
- 11.12. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.7.1. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa Contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

12.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 12.12. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.13. Manter, durante toda a execução do contrato, os *containers* e caçambas em perfeito estado de conservação, substituindo-os, quando os mesmos se apresentarem danificados, de forma que não ocorra a interrupção do serviço.
- 12.14. Fornecer *containers* e caçambas limpos e higienizados;
- 12.15. Quando solicitado, apresentar listagem referente aos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) quanto aos métodos, periodicidade e produtos utilizados na higienização dos veículos coletores (frota).
- 12.16. Os veículos utilizados deverão estar em bom estado de conservação, não apresentando pontos de corrosão que comprometam sua estrutura, não apresentar vazamentos ou quaisquer outros defeitos que venham a comprometer a execução do contrato, bem como a saúde e segurança dos trabalhadores ou da população e do meio ambiente.
- 12.17. Os *containers* e caçambas da Contratada deverão ser mantidos em boas condições de uso, sem ferrugem acentuada nem defeitos estruturais aparentes, apresentar perfeita mobilidade não apresentar vazamentos ou quaisquer outros problemas que venham a comprometer a saúde e segurança dos trabalhadores, da população e do meio ambiente.
- 12.18. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.20. A Contratada deverá capacitar seus funcionários para enfrentar situações de emergência e de acidentes e implementar as medidas previstas. Instruções, procedimentos e comprovantes de capacitação visando minimizar ou eliminar as consequências dessas situações que deverão constar de um Plano de Contingência que deve incluir, mas não se limitar a:
- 12.20.1. Isolamento da área de emergência e notificação à autoridade responsável;
 - 12.20.2. Identificação do produto ou resíduo perigoso;
 - 12.20.3. Reembalagem em caso de ruptura de sacos ou recipientes;
 - 12.20.4. Procedimentos de limpeza da área de derramamento e proteção do pessoal.
 - 12.20.5. Alternativas para o armazenamento e tratamento dos resíduos em casos de falhas no equipamento respectivo de pré-tratamento; e
 - 12.20.6. Alternativas de coleta e transporte externos e de disposição final em casos de falhas no sistema contratado.
- 12.21. Possuir em seu quadro de pessoal (com ou sem vínculo empregatício) 01 (um) Técnico de Segurança do Trabalho, ou declaração de que a participante não se enquadra nos critérios estabelecidos pela Norma Regulamentadora/MTE nº4.

12.22. Plano de Contingência que será utilizado em situações de emergência e de acidentes, informando as medidas previstas, visando minimizar ou eliminar as consequências dessas situações. Este plano poderá ser executado por empresa especializada, devidamente licenciada, desde que seja apresentada cópia do contrato de prestação de serviços firmado entre as partes. Caso a empresa elabore seu próprio Plano de Contingência, o mesmo deverá ser elaborado por um engenheiro e/ou químico ou outro profissional devidamente reconhecido pelas entidades fiscalizadoras, devidamente habilitado, com a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Anotação de Função Técnica – AFT registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho Regional de Química – CRQ, ou outro Conselho devidamente reconhecido pelas entidades fiscalizadoras.

12.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.24. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.25. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.27. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.28. Fornecer uniformes a seus empregados, sem repassar quaisquer custos à Contratante;

12.29. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Contratante;

12.30. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.31. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.32. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

12.33. São proibidas à contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

12.33.1. Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

- 12.33.2. Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- 12.33.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- 12.33.4. Outras formas vedadas pelo poder público.
- 12.34. A Contratada obriga-se a atender as legislações vigentes e suas atualizações, referenciadas abaixo:
 - 12.34.1. Lei nº 12305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;
 - 12.34.2. Norma técnica ABNT – NBR 10004 – Resíduos Sólidos – Classificação;
 - 12.34.3. Norma técnica ABNT- NBR 13221 – Transporte terrestre de resíduos;
 - 12.34.4. Norma técnica ABNT – NBR 13463 – Coleta de resíduos sólidos – Classificação;
 - 12.34.5. Resolução CONEMA nº 79, de 07 de março de 2018, que aprova a NOP-INEA-35;
 - 12.34.6. NR- 06 – Ministério do Trabalho e Emprego – Equipamento de Proteção Individual;
- 12.35. A Contratada deverá manter o sistema de GPS e banco de dados correspondente durante todo o tempo da vigência do contrato, acrescido de 90 dias após o seu término.
- 12.36. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, na etapa de destinação final dos resíduos.
- 13.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para execução do objeto.
- 13.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não

haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo V, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

- 15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.13. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 15.17.1. Devem ser evitadas ordens diretas da Contratante dirigidas aos terceirizados. As solicitações de serviços devem ser dirigidas ao preposto da empresa. Da mesma forma, eventuais reclamações ou cobranças relacionadas aos empregados terceirizados devem ser dirigidas ao preposto.
- 15.17.2. Toda e qualquer alteração na forma de prestação do serviço, como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, deve ser evitada, uma vez que essa conduta é exclusiva da Contratada.
- 15.17.3. Devem ser conferidos, por amostragem, diariamente, os empregados terceirizados que estão prestando serviços e em quais funções, e se estão cumprindo a jornada de trabalho.
- 15.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a Contratada deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da Contratada, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

16.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. o prazo de validade;

17.4.2. a data da emissão;

17.4.3. os dados do contrato e do órgão Contratante;

17.4.4. o período de prestação dos serviços;

17.4.5. o valor a pagar; e

- 17.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 17.6.1. não produziu os resultados acordados;
 - 17.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
 - 17.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 17.8. Antes de cada pagamento à Contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.
- 17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 17.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.
- 17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

17.16.1. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.

17.16.2. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.

17.16.3. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão Contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.

17.17. A Contratante providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da Contratada que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 95.247, de 17 de novembro de 1987.

17.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da Contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 18.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 19.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.
- 19.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da assinatura do contrato, a Contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- 19.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 19.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
- 19.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.
- 19.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 19.4.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 19.4.2 prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 19.4.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e
- 19.4.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.
- 19.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10(dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.12 Será considerada extinta a garantia:

19.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

19.14 A Contratada autoriza a Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

19.15 A garantia da contratação somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, conforme estabelecido no art. 8º, VI do Decreto nº9.507, de 2018, observada a legislação que rege a matéria.

19.15.1 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

19.16 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços, nos termos da alínea j do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 5/2017.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 20.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
 - 20.1.5. cometer fraude fiscal.
- 20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- 20.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - 20.2.2. **Multa de:**
 - 20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - 20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
 - 20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato;
 - 20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
 - 20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 20.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

20.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

20.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04

3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

- 20.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 20.13. Para os fins do Instrumento de Medição de Resultado, Anexo V deste Termo de Referência, as seguintes sanções serão aplicadas:
- 20.13.1. Advertência, caso a Contratada obtenha:
- 20.13.1.1. Grau C em três meses seguidos, ou em seis avaliações intercaladas;
- 20.13.1.2. Grau D em qualquer mês.
- 20.13.2. Multa no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação relativo ao campus onde está ocorrendo a Avaliação (IMR) caso a Contratada obtenha:
- 20.13.2.1. Grau D em quatro meses seguidos, ou em sete avaliações intercaladas;
- 20.13.2.2. Grau E em duas vezes seguidas, ou em três meses intercalados;
- 20.13.2.3. Grau F em duas vezes seguidas, ou intercaladas;
- 20.13.2.4. Grau G em qualquer mês.

- 20.13.3. Suspensão temporária de contratar com a Contratante, acumulada com rescisão contratual caso a Contratada obtenha:
- 20.13.3.1. Grau E em três vezes seguidas, ou em seis meses intercalados;
- 20.13.3.2. Grau F em três meses intercalados;
- 20.13.3.3. Grau G em qualquer mês.
- 20.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

- 21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 21.2. O licitante deve fornecer declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 21.3. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 21.4. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:
- 21.4.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas de direito público ou privado.
- 21.4.1.1. Para o **ITEM 1: CAMPUS CIDADE UNIVERSITÁRIA, CAMPUS PRAIA VERMELHA E UNIDADES EXTERNAS**
- 21.4.1.1.1. Comprovar, através de atestado(s) de capacidade técnica haver prestado ou que esteja prestando satisfatoriamente serviço de transporte de no mínimo 200 t por ano de resíduos inertes, conforme os serviços, características e prazos previstos neste Termo de Referência. (aprox. 50% da demanda anual).
- 21.4.1.2. Para o **ITEM 2: CAMPUS SANTA CRUZ DA SERRA**
- 21.4.1.2.1. Comprovar, através de atestado(s) de capacidade técnica haver prestado ou que esteja prestando satisfatoriamente serviço de transporte de no mínimo 86,11 t por ano de resíduos dos Grupos D, conforme os serviços, características e prazos previstos neste Termo de Referência (aprox. 50% da demanda anual).
- 21.4.2. Indicação das instalações e do aparelhamento disponíveis para a execução do objeto, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- 21.4.3. Licença ambiental, emitida pelo INEA para prestação do serviço de coleta, transporte e destinação final dos resíduos de serviços e comércio (resíduos extraordinários, no caso do Item 2) e de resíduos inertes.
- 21.4.3.1. Caso o licitante seja considerado isento de qualquer tipo de licença municipal relacionado ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da competente Secretaria Municipal do local da

prestação dos serviços (Rio de Janeiro e Duque de Caxias), ou outra equivalente, na forma da lei.

- 21.4. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 21.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

- 22.1. O custo estimado da contratação é o previsto no valor global máximo.
- 22.2. Tal valor foi obtido a partir dos serviços e insumos instituídos pelas tabelas de referência e consulta pública, a saber:
 - 22.2.1. SINAPI: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos Índices da Construção Civil mantido e divulgado pela Caixa Econômica Federal;
 - 22.2.2. SCO-RIO: Sistema de Custos de Obras utilizado no sistema SISCOB - Sistema de Acompanhamento de Obras e Serviços, para elaboração de orçamentos de obras e serviços. As informações apresentadas por esta pesquisa são obtidas a partir da pesquisa de preços da Fundação Getúlio Vargas e divulgadas pela Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura do Rio.
 - 22.2.3. INFORMATIVO SBC: o livro "Composições de Custos" foi a primeira das 16 obras até hoje publicadas, fruto de estudos, pesquisas e apropriações em métodos construtivos, realizadas pelo professor Miguel Stabile. Para atingir especificamente o setor da construção foi desenvolvido, em parceria com a Exeplan o software DYS, Versão 4.0, que é extremamente acessível a qualquer usuário, disponibiliza cálculo de orçamento de obras, de forma Sintética ou Analítica, relação de materiais e insumos, Curva ABC, em sistema totalmente integrado. O cadastro de insumos e composições pode ser consultado on-line por palavra-chave. O Informativo está disponível agora com mais de 16.500 insumos e mais de 12.500 composições para os assinantes do Boletim de Custos.
 - 22.2.4. COMLURB: A Companhia Municipal de Limpeza Urbana – Comlurb – é a maior organização de limpeza pública na América latina. Sociedade anônima de economia mista, tem a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro como acionista majoritária – Taxas de disposição final de resíduos consideradas no orçamento;
- 22.3. A meta perseguida pela UFRJ com a contratação dos serviços é perfeita execução mensal dos mesmos dentro dos prazos requeridos em 100% (cem por cento) dos serviços solicitados através da Fiscalização.
- 22.4. Os valores referentes aos serviços permanentes serão pagos mensalmente, já os custos com serviços eventuais serão pagos apenas quando da sua utilização mediante a execução das "Ordens de Serviço".
- 22.5. O valor global mensal estimado para cada item segue conforme discriminado abaixo:
 - 22.5.1. ITEM 1 – COLETA DE RESÍDUOS INERTES NOS CAMPI CIDADE UNIVERSITÁRIA, PRAIA VERMELHA E UNIDADES EXTERNAS
 - 22.5.1.1. O valor mensal estimado do **Item 1 – Coleta de Resíduos Inertes nos Campi Cidade Universitária, Praia Vermelha e Unidades Externas**, corresponderá a R\$ 2.500,10 (dois mil e quinhentos reais e dez centavos), perfazendo para o período de 12 meses o valor global estimado de R\$ 30.001,15 (trinta mil e hum reais e quinze centavos).

22.5.2. ITEM 2 – COLETA DE RESÍDUOS EXTRAORDINÁRIOS E INERTES NO CAMPUS SANTA CRUZ DA SERRA

22.5.2.1. O valor mensal estimado do **Item 2 – Coleta de Resíduos Extraordinários e Inertes no Campus Santa Cruz da Serra** corresponderá a R\$ R\$ 5.458,76 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e seis centavos) perfazendo para o período de 12 meses o valor global estimado de R\$ 65.505,15 (sessenta e cinco mil, quinhentos e cinco reais e quinze centavos).

22.6. O valor global mensal máximo estimado para a contratação corresponderá a R\$ 7.958,86 (sete mil, novecentos e cinquenta e oito reais e oitenta e seis centavos) perfazendo para o período de 12 meses o valor global estimado de R\$ 95.506,30 (noventa e cinco mil, quinhentos e seis reais e trinta centavos).

22.7. O custo estimado da contratação foi apurado mediante preenchimento de planilha de custos e formação de preços e pesquisas de preços praticados no mercado em contratações similares.

23. ANEXOS

23.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

- 23.1.1. Anexo I – Mapa da Ilha da Cidade Universitária da UFRJ
- 23.1.2. Anexo II – Mapa do campus da Praia Vermelha
- 23.1.3. Anexo III – Mapa do campus Santa Cruz da Serra
- 23.1.4. Anexo IV – Planilha de controle de quantitativos de caçambas
- 23.1.5. Anexo V- A – Instrumento de Medição de Resultado
- 23.1.6. Anexo V-B – Instrumento de Medição de Resultado – Planilha da fiscalização
- 23.1.7. Anexo VI – Planilha de Formação de Preços
- 23.1.8. Anexo VII- Termo de Vistoria
- 23.1.9. Anexo VIII – Declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2021.

Vera do Carmo Rodrigues
Coord. Meio Ambiente

Stephanie Carolina Maia Pereira
Assessoria Técnica

Aprovo o presente Termo de Referência,
Rio de Janeiro, 15 de setembro de 2021.

Marcos Benilson Gonçalves Maldonado
Prefeito de UFRJ